



ALBERTINA RODRIGUES: ESCRITA FEMININA E LUTA DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR

JONATAS PEREIRA DA SILVA*

RESUMO

No mundo contemporâneo estamos diante de inúmeros conflitos ideológicos que transitam entre a manutenção das conquistas de direitos e o amplo desenvolvimento de formas reacionárias, fundamentalistas e preconceituosas. Desta forma, nos conduzem a uma reflexão acerca dos processos dessas conquistas e direitos como, também, a buscar compreender os motivos dessas crescentes reações. No campo da História nos é oferecido caminhos e perspectivas para reflexão e compreensão desses embates como os estudos das narrativas memorialísticas, das experiências e trajetórias em escritas biográficas e autobiográficas. Para tanto, se faz necessário atentar-se para as características e particularidades envolvidas na elaboração de uma memória social, em suas distintas subjetividades e modos de percepção do passado a partir das relações interpessoais, intersociais e interseccionais, considerando as condições políticas e culturais de sua produção em seus contextos históricos. Compreender trajetórias, suas possibilidades e seus dilemas, é intencionar ir além dos caminhos percorridos na construção biográfica tanto nas dimensões do social e do individual de uma vida, em suas ações e relações. Assim, podemos compreender a importância da utilidade das trajetórias individuais relacionado-as a outros temas em sua amplitude e diversidade, sobretudo no que tange às disputas nas esferas de poder e influência na política, economia e cultura, haja vista a permanência, tanto material quanto simbólica, das disputas dos atores nos espaços sociais afirmando posições e a legitimidade discursiva. As práticas, por seu posto, não se dissociam das circunstâncias envolvidas, ao contrário, são influenciadas pelas singularidades dos sujeitos, assim como as narrativas produzidas, impactando na sua atuação, organização e resistência. Por isso é importante destacar que a construção de sentidos que estes agentes atribuem às suas ações representam simbolicamente e discursivamente a subjetividade e a pluralidade perpassadas nos embates vivenciados nas configurações identitárias dos sujeitos políticos. A polarização e os sentimentos nacionalistas e patrióticos são sintomáticos dessas disputas ideológicas e memorialísticas. Busco nesse estudo apresentar Albertina Rodrigues como uma mulher de diversas faces e que através do seu escrito autobiográfico revela sua complexidade, enquanto mulher, militante e intelectual. Para tal, me debruço a analisar/apresentar sua obra *Fel e mel no cálice da vida*. A leitura do registro autobiográfico de Albertina Rodrigues nos convida a uma imersão no seu mundo literário traçando suas impressões reflexivas acerca da sua experiência, sobretudo ao que ela denominou “despertar”, uma experiência particular de autodescoberta que a impulsionou à escrita.

1. INTRODUÇÃO

O estudo da memória tem se mostrado de grande relevância para os estudos recentes da historiografia brasileira. Através da memória, nos transportamos pelo tempo e revisitamos

* Mestrando em História Social na Universidade Federal da Bahia, bolsista Capes.

o passado induzidos por alguma motivação do tempo presente. A memória não é algo simplesmente dado, é construída pelo acesso às lembranças, nos desvios dos silenciamentos, e possibilitada na inter-relação com o esquecimento. Deste modo, opera de modo seletivo elegendando os acontecimentos que, por algum motivo, represente determinada importância.

A questão memorialística, no entanto, não é autossuficiente, antes faz parte de “um processo de ‘negociação’ para conciliar memória coletiva e memórias individuais” (POLLACK, 1989:03). A memória evoca um acontecimento, uma evidência frente ao dissolvível, e é incumbência do historiador estabelecer um contraponto contextualizado frente à visão meramente contemplativa do relato em primeira pessoa. Assim sendo, devemos atentar para as criações e disputas de memórias compreendendo “que a memória histórica, assim como a ideologia, pode ser manipulada de acordo com as correlações de forças e interesses de classes num determinado momento histórico” (CARDOSO, 2012:18).

O que se pretende, então, da memória enquanto gênero tributário para construção histórica? Por que esse gênero híbrido tem sido evocado a ponto de se considerar haver um “surto memorialístico” nos últimos tempos? Podemos assentir ser “o arrancar do que ainda sobrou do vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo [...]. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993:07).

Os relatos de experiência têm agregado muito aos estudos históricos, sobretudo no campo da História Social. O auxílio de diversas áreas das Ciências Sociais tem em muito contribuído pra a compreensão da subjetividade. Os novos sujeitos que não gozavam de prestígio nos estudos da antiga História Política, que privilegiava os grandes feitos e grandes personagens, ganham cada vez mais notabilidade. “Por conseguinte, a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida [...] para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada” (SARLO, 2007:19). Destarte, a condição humana ganha maiores contornos e suas nuances abrem maiores perspectivas e abordagens. A biografia, em partes, deixou de se interessar por uma exaustiva trajetória linear e/ou construção de arquétipos e se tornou “o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova da vida” (LEVILLAIN, 2003:176).

A partir da segunda metade do século XX uma crise se abateu sobre a modernidade, sobretudo no âmbito cultural e ideológico. Uma era de incertezas, agora se instauraria. Em contrapartida a este mesmo sintoma seria partilhado e se ampliaria um sentimento de libertação e abertura para as experiências e subjetividades das várias vozes que se faziam ecoar. Desta maneira, “o gosto pelas escritas de vida ancora-se num extenso leque de interesses pelo ‘outro’: suas experiências de vida, a curiosidade não isenta de voyeurismo [...]” (AVELAR, 2012:07).

A escrita de uma trajetória a partir da conjuntura de vivências, na qual os passos de uma vida em pleno acontecer se imbricam com os fatos históricos, pode apresentar, em sua narrativa, os rastros de uma história, ainda por se fazer, que a tradição não julgou como relevante para a produção do conhecimento científico. Nesse ínterim, busco nesse estudo apresentar Albertina Rodrigues como uma mulher de diversas faces e que através do seu escrito autobiográfico revela sua complexidade, enquanto mulher, militante e intelectual. Para tal, me debruço a analisar/apresentar sua obra *Fel e mel no cálice da vida*.

1.1 ENTRE A MILITÂNCIA E A CONSTRUÇÃO DE SI: ALBERTINA RODRIGUES

A história do Brasil contemporâneo se torna objeto de interesse de estudiosos, sobretudo, se colocados em pauta períodos em que os inconclusos processos e argumentações ideológicas carecem de sofisticação em seus debates. A ditadura civil-militar, ocorrida no Brasil durante longos vinte e um anos de repressão por parte do Estado aos seus cidadãos, é uma dessas passagens que reclamam um aprofundamento dos estudos e percepções

A produção de uma autobiografia feminina – *Fel e mel no cálice da vida*, (RODRIGUES, [s. d.])¹, a partir da experiência de militância e luta armada durante a ditadura civil-militar no Brasil nos insere no âmbito tanto do dever da história, quanto no direito à memória. Assim, na perspectiva de um artesão intelectual buscamos compreender essa narrativa na inter-relação saber-poder e suas implicações nos campos da memória, do esquecimento e do silêncio. Ao retratar Albertina Rodrigues, percebemos o vigor de sua escrita, confrontando-se à condição de mulher submissa, cujo universo, historicamente

¹ Relato autobiográfico, ainda inédito, cedido pelo sujeito de pesquisa, narrando sua experiência. [s.d] Disponível em: <https://pt.slideshare.net/albertinarodrigues/fel-e-mel-no-clice-da-vida>. Acesso em Mar. 2017.

determinado por uma sociedade patriarcal, engendrou um discurso de exclusão social e política.

A não compreensão/não aceitação das posturas e discursos emancipatórios dessa “nova mulher”, enquadrada na militância política, numa dicotomia de dominação e submissão, se torna um ponto de partida para compreensão objetiva da maneira como ela viu a si mesma, os outros e seus próximos. “Assim, a recuperação dos sujeitos individuais na história pode ser vista como uma reação aos enfoques excessivamente estruturalistas, desencarnados de ‘humanidade’[...]”, (SCHMIDT, 1997:03) o que não significa que houve perda no seu rigor científico, ao contrário, persiste no bojo teórico-metodológico da investigação histórica um tratamento às fontes de pesquisa fundamentando-se em seus “questionamentos primários”, “a historiografia [...] manteve-se fiel à tradição da crítica (interna e externa) aos documentos: quem produziu determinado vestígio? Em que situação? Com quais intenções?” (SCHMIDT, 1997:08).

Após refletir acerca deste período da história brasileira, levando em consideração estes questionamentos, estaremos mais perto de construir uma historiografia que se acerca dos pormenores teórico-metodológicos com o devido afastamento e olhar observador. Para tanto, enquanto narradores, seria interessante nos espelhar numa figura corriqueira das cidades modernas, o “sucateiro” e/ou dos “funcionários da limpeza” “que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder” (GAGNEBIN, 2006:53-54).

A descoberta do sujeito Albertina Rodrigues nos conduziu por um caminho de encantamento, ou mesmo deslumbre. O permitir-se “viajar”, conduzido pelo desvelar da sua narrativa, possibilitou um ensejo de mergulhar profundamente em sua trajetória, sua militância, na construção do sujeito feminino num contexto social demarcado pelo patriarcalismo. Contudo, essa “paixão” não deverá ser compreendida como ponto negativo no desenrolar da pesquisa, ao contrário, ela detém um componente motivador que não abona detrimento, nem compromete a pesquisa histórica, haja vista compreendermos que nesta tarefa “não existe uma neutralidade [...], o que na verdade garante a maior objetividade possível é a prática mais estrita e séria do *métier* do historiador, com sua pesquisa de provas, de documentos e, sobretudo, sua contraposição sistemática” (BORGES, 2004:296).

Desde sua infância conviveu com a experiência do preconceito. Sempre apresentada como filha “natural”, traduza-se, fruto de um relacionamento “ilegítimo”, fora dos padrões e normas sociais da família tradicional, criada por suas tias e posteriormente por freiras de um convento, fora conduzida a conhecer e respeitar os padrões da moral familiar, social e religiosa. Por conta dessa conjuntura, assentada na capital da Bahia da década de 1960, contrai matrimônio, a contragosto, do qual herda um filho com um rapaz que conheceu em um dos grupos de teatro que faziam parte. Entre crises conjugais, envolve-se com um psiquiatra, que conhecera por conta da sua resistência ao enlace matrimonial. Este, integrava ao movimento de resistência à ditadura civil-militar que se iniciava no Brasil. Por seu intermédio, Albertina mudou-se para o sudeste do Brasil onde adentrou para o curso da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Já instalada, começou sua militância no movimento estudantil e posteriormente na luta armada. Sua atuação logo foi notada pelos agentes da repressão, sendo presa, torturada, e tempos depois, após negociações mediante sequestro do embaixador alemão, impelida para a clandestinidade e autoexílio. Seu companheiro já a aguardava no Chile de onde, consecutivamente partiriam para a Europa. Por motivos de ordem pessoal, Albertina foi, novamente, aprisionada, desta vez como presa comum. Na prisão, vive uma experiência que denomina “despertar”, a saber, uma nova ideologia de vida, de concepção humana, que foi compreendida como um estágio de “loucura” por seu, então, companheiro e pares. Seu retorno ao Brasil se deu por vias clandestinas, mas logo foi denunciada e novamente presa por seu anterior envolvimento na militância política. Tempos depois foi absolvida. Dedicou-se aos animais e às artes, posteriormente registrando suas memórias, segundo a mesmo, com a finalidade de abordar e tornar pública sua experiência do “despertar”, a qual acreditou, até seus últimos dias, ser possível a todos.

A produção memorialística de Albertina conta com considerável qualidade e quantidade. As numerosas páginas de sua narrativa autobiográfica, muitas vezes poética e filosófica, nos revelam uma militante para além dos limites padrões de militância. Uma militante feminina que enfrentava os desafios de coexistir numa sociedade demarcadamente machista que não aceitava, de bom grado, uma postura protagonista feminina. Sua militância extrapolava os contornos do político e alcançava as dimensões culturais, com produções plásticas e cênicas, sempre em busca de atingir o sentido humano.

Se tratando de um período em que às mulheres era reservado o espaço privado, desviar-se desse lugar era contrariar todos os preceitos que a sanidade permitiria. A partir de 1970 surgiu uma nova categoria social e um novo sujeito coletivo. No entanto, mesmo involuntariamente, “pode ter sido o feminismo que promoveu, em grande parte, esta homogeneização ao ‘criar’ a condição feminina” (CUNHA, 1989:26). A mídia, por sua vez, dava cobertura às manifestações, bem como às questões da luta feminina. Porém, em determinadas publicações, apresentava um discurso patriarcal historicamente construído que buscava se legitimar fundamentando-se na generalização e dominação de uma suposta “condição feminina” assentindo com o diagnóstico de insanidade, seguido por um internamento compulsório devido ao ‘desvio’ de comportamento de mulheres que não se enquadravam no perfil social vigente. Esta “loucura” feminina ganhava contornos próprios e bastava a figura de um pai ou esposo insatisfeito junto a um profissional psiquiatra, mediante pagamento que se acertava o internamento, mesmo não havendo motivações precisas.

A noção de “loucura” representava pela criação de um ‘distúrbio’, oriundo de uma ‘situação’ inerente ao privado, rompe com a linha do particular e alcança o espaço público no qual se solidifica e busca a atestação de um coletivo social com vistas à ‘normalização’, a renegação e o aceite aos antigos padrões sociais. Parece-nos óbvio que não se tratava de ‘recuperar’ as perdas pelo “asilamento científico”, mas de uma tentativa de readequação/readaptação ao ‘social’. Desta forma poderemos ter noção dos alcances dessas perpetrações na reprodução dos comportamentos sociais nos mais longínquos anos de resistência feminina. A “inferioridade” incrustada às mulheres reservou-lhes aptidão a apenas um local possível para desempenhar o seu papel social, diga-se de passagem, de submissão, a família, como esposas, mães e filhas. Não por acaso, é neste mesmo ambiente privado que elas têm a presença marcante da dominação, sobretudo nas questões relativas ao corpo e à família. É nesse ínterim que a “loucura” se torna ‘plausível’ e é perseguida. Sendo assim, nenhuma dessas “mulheres que, podendo viver de acordo com as normas, se furtaram ao seu papel “natural”, que insistiram em viver suas escolhas, que não se conformaram ao papel que lhes era socialmente destinado, [...] poderia escapar ao rótulo da degeneração” (CUNHA, 1989:15).

Podemos concluir, então, que a história se torna presença constante, em meio ao incerto e duvidoso, por isso devemos perseguir o caminho ético na construção do saber

histórico que possibilite reflexão na nossa sociedade e que instigue o novo em busca do sentido do ser. Albertina Rodrigues, através do seu registro autobiográfico, talvez, nos ofereça uma oportunidade, nos aponte a um novo horizonte em suas releituras de mundo. Refletir sobre sua experiência, sua militância, sua narrativa, quem sabe, seja ouvir que seu reclame: “Liberdade! Só o amor dá, na revolução do ver” (RODRIGUES, [s.d.]:503), e assim, também possa se fazer entender que:

Toda história é uma construção [...]. A dita ‘loucura’[...] parece ligada claramente à chamada questão de gênero [...]. Em geral vozes femininas, mas também masculinas falam sobre a condição da mulher, exprimindo diferentes atitudes, numa variedade que deixa claro que a Nova Mulher de há um século é tão difícil de ser caracterizada (BORGES, 2004: 296- 299).

Compreender como Albertina lida com suas lembranças e esquecimentos faz parte do estudo acerca de sua memória. Como ela tece a sua narrativa? Quais suas formas de escrita? Qual a impressão desejada ao público leitor? Do encontro com Albertina, além do prazer, da novidade e de toda a sua “aura mística” que fui tomado, obtive de suas mãos uma versão impressa – de folhas soltas e sem capa, segundo a mesmo, aguardando, ainda, edição final – documentos da repressão, fotos de sua atuação artística e, posteriormente, uma versão digitalizada para uma tentativa de publicação junto a professores da instituição em que me encontrava nos quadros, porém sem sucesso. Há pouco tempo, descobri que uma versão da sua obra havia sido disponibilizado na internet, em trinta de abril de 2013, já editado, com capa, dedicação, sumário, etc. Acredito que a autora publicou na internet em vista da impossibilidade, ainda, de publicação por alguma editora e pelo seu desejo de compartilhar sua experiência de vida com as mais variadas gerações.

O título da sua autobiografia, *Fel e mel no cálice da vida*, acrescido de um subtítulo na capa, *Rumo à verdadeira Revolução*, nos dá indício dos seus objetivos de sua escrita. A capa, por sua vez, faz uma alusão a uma praia, num encontro do mar com as pedras montando um cenário, um pano de fundo, para a imagem de uma mulher, jovem, com um olhar absorto, não fixado, com um longo vestido, adornada por algumas “jóias”, como brincos, anéis, um colar com um crucifixo, de braços abertos em primeiro plano. A clara montagem da capa, talvez seja traduzida numa mensagem após a dedicação de sua obra, em que afirma:

Soltem-se as mãos! Livres! Flutuando no espaço do tempo chegaremos ao imensurável onde nos aguarda nosso Pai recebendo de volta em sua casa seus filhos pródigos - a humanidade despejada de suas crenças, de todo “bem” e de todo “mal”. E, outra vez, em direção a outros mundos, moldados pelas energias que se condensam em múltiplas formas, seremos arremessados ad-infinitum, pela sabedoria do Aprender-Vivendo, Nascendo-Ensinando-Morrendo.

Esta sua mensagem dialoga com uma espécie de epílogo, denominada de *Transformações*, onde a autora elabora uma narrativa filosófica e poética, expondo suas reflexões, visão de mundo e potencial literário. Seguidamente, Albertina divide seu relato em nove partes, devidamente subdivididas em subtítulos. Na primeira, aborda as lembranças da infância, sua experiência familiar, a criação junto às tias e o trauma de ser “filha natural”, ilegítima socialmente pelos valores morais, assim como sua passagem pelo convento, conflitos religiosos até a sua adolescência, recheada de paixões e descobertas, fugas e novas interações. Seu relato é por vezes interrompido por poesia e diálogo com falas de pessoas presentes em sua memória e imagens de figuras marcantes para a história do Brasil e mundial. Na segunda parte, relata sobre suas experiências na juventude, o encontro com o teatro, namoros, a reluta ao casamento, as crises, separação e luta pela guarda do seu filho e a descoberta de sua nova paixão, o encontro com as artes e seu acometimento por doença. Na terceira parte, relata suas experiências durante o período da ditadura, a mudança para o Rio de Janeiro, sobre o pensionato, a Escola Nacional de Belas Artes, e sua militância e ações na luta armada, relato sobre prisão e torturas, novo internamento por doença, liberdade condicional e clandestinidade. Na quarta parte, a autora relata sua experiência no exílio, desde a América Latina à Europa, onde pode ter contato mais próximo com personagens históricos, como Frei Tito e Fidel Castro. Na quinta parte, Albertina conta da experiência que teve na prisão, depois da sua internação num hospício, assim como descreve o seu “despertar”, o reencontro com Nelson Pires e os dramas da sua vida pessoal. Na sexta parte, narra sobre o seu retorno clandestino ao Brasil. Na sétima parte, conta da sua chegada à Alagoinhas, reencontros e conflitos, prisão, novamente, andanças e mais dramas pessoais. Na oitava, fala das suas produções artísticas nas artes cênicas. Na nona e última parte, encerra com o que chama de Cruel Realidade, sua dedicação à causa dos animais e questionamentos à “humanidade” concluindo que “a forma como tratamos hoje os animais será motivo de espanto e indignação para as gerações futuras” e finalizando com a seguinte reflexão: “Liberdade, liberdade! Só o amor dá, na revolução do VER E ESCUTAR que liberta a ação, transformando a todos e a tudo.”

Portanto ao ter contato com a escrita de si de Albertina Rodrigues, temos contato com um mundo que permeou suas ideias e imaginação. Podemos, também, ter a dimensão da sua militância que extrapola o campo da militância tradicional, “apenas” política, mas cultural, também. Segundo Albertina, ela buscou cumprir as revoluções que acreditava. A revolução dos homens, no enfrentamento à ditadura civil-militar, a revolução pessoal, com o seu “despertar” que a teria descondicionado do aprisionamento psicológico, ético-moral impostos à humanidade e, também, a revolução dos animais, quando se dedica às questões do trato com os seres indefesos e abandonados, retirando-os das ruas e levando para o seu pensionato em Alagoinhas, na criação de institutos que se dedicam às questões destes seres ainda incompreendidos. Sua militância era conhecida, também, no mundo virtual, no qual teve contato com várias instituições que comungavam das mesmas ou próximas ideias.

Não podemos, também, deixar de destacar sua militância cultural na produção das artes plásticas e cênicas que expunha suas leituras de mundo. Nelas, impregnou suas falas, seja nas esculturas e quadros, seja nas peças em que foi autora, diretora e atriz junto a grupos que contribuiu para a formação e agitação cultural numa cidade que não soube, ainda, aproveitar a oportunidade de mergulhar a arte revolucionária a que se dedicou Albertina Rodrigues. Seus discursos e posturas, por vezes foram enquadrados no âmbito da loucura, quiçá pela não possibilidade de compreensão ou mesmo relutância em aceitar uma mulher que optou por não se encaixar nos papéis secundários reservados à mulher, na esfera familiar, cumprindo as obrigatoriedades dos personagens de esposas, mães e “donas” de casa.

Sua resistência aos padrões ético-morais, sócio-religiosos, não a colocam como “uma mulher à frente do seu tempo”, mas a uma mulher que, em seu próprio tempo, ousou desfiar as normas de uma sociedade patriarcal, que se utilizava, e, ainda utiliza, do “diagnóstico” de loucura para tentar deslegitimar as lutas, os discursos e posturas emancipatórias, que não aceitam a equidade entre gêneros, o protagonismo feminino, por um desejo equivocado de dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura do registro autobiográfico de Albertina Rodrigues nos convida a uma imersão no seu mundo literário traçando suas impressões reflexivas acerca da sua experiência,

sobretudo ao que ela denominou “despertar”, uma experiência particular de autodescoberta que a impulsionou à escrita como forma de transmissibilidade. Ao narrar episódios da sua infância, adolescência, juventude até a maturidade, Albertina parece querer deixar impressa a sua característica contestatória e combativa às subordinações sejam elas sociais, políticas e culturais. O amor a teria conduzido à revolução e esta à compreensão genuína de tal sentimento. Sua revolução não foi somente política, foi antes de tudo pessoal e humanitária dedicando-se às questões da libertação animal e ao teatro. Sua revolução se pretende permanente no estante em que sua escrita foi disposta e encontra-se compartilhada no mundo virtual e acessível a quem possa interessar. Segundo a autora, seu objetivo não era o relato de sua militância contra a ditadura civil-militar, por considerá-lo comum a tantos outros, mas tornar conhecido e acreditar ser possível o “despertar” ao alcance de todos.

Compreender Albertina Rodrigues em sua porção militante revolucionária nas mais diversas áreas, sejam artística, política, humanitária, filosófica e poético-literária, nos conduz a um saboroso, mas nem por isso fácil, desafio que nos exige paixão, ao mesmo tempo distanciamento. Para uma produção de pesquisa que se pretende contribuinte da historiografia brasileira, por intermédio dos estudos de memórias, identidades, escritos autobiográficos em suas inter-relações e intermediações com outras áreas do conhecimento, sobretudo no diálogo entre as ciências humanas, como a história, sociologia, psicologia, filosofia, artes e literatura, o caminho é longo, de difícil acesso, mas um exercício desafiador que nos trará uma melhor compreensão do sentido do ser Albertina em sua subjetividade. Uma contribuição por caminhos, ainda, a ser trilhado com intuito, também, de uma compreensão nossa como seres humanos e da nossa maneira de estar no mundo.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, Avelar de Sá. **Escrita da história, escrita biográfica: das possibilidades de sentido**. In: Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica, São Paulo, Letra e Voz, 2012.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940)**. In: Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível, Campinas, Unicamp, 2004.
- CARDOSO, Lucileide. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)**, Cruz das Almas, UFRB, 2012.

- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (século XIX e início do século XX)**. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg5-9.pdf. Acesso em Nov. 2016.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Memória, história, testemunho**. In: Lembrar esquecer escrever. São Paulo, Ed. 34, 2006.
- LEVILLAIN, Philippe. **Os protagonistas: da biografia**. In: Por uma história política. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- NORA, Pierre. **Ente a memória e a história: a problemática do lugar**. São Paulo, Projeto História, 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em Nov. 2016.
- POLLACK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**, Rio de Janeiro, Estudos Históricos, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em Nov. 2016.
- RODRIGUES, Albertina. Fel e mel no cálice da vida. Relato autobiográfico, ainda inédito, cedido pelo sujeito de pesquisa, narrando sua experiência. [s.d]. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/albertinarodrigues/fel-e-mel-no-clice-da-vida>. Acesso em Mar. 2017.
- SCHMIDT, Benito Bisso. **Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos**. Revista Estudos Históricos, FGV, disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040/1179>. Acesso em Nov. 2016.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte, UFMG, 2007.